


Macabéa

REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI

Raquel Barros Paes
FURG

 0009-0000-1574-1520

MORTE DA INDIVIDUALIDADE

"APEIRON", DE CAIO FERNANDO ABREU, E AS
SIMETRIAS NA POLÍTICA BRASILEIRA

DEATH OF INDIVIDUALITY

"APEIRON", BY CAIO FERNANDO ABREU, AND
THE SYMMETRY IN BRAZILIAN POLITICS

Como citar

PAES, R. B. Morte da individualidade:
"Apeiron", de Caio Fernando Abreu, e as
simetrias na política brasileira **Macabéa** –
Revista Eletrônica do Netlli, Crato, v. 14, n. 1, p.
1-17, jan.-mar. 2025.



VOLUME 14, NÚMERO 1, JAN,-MAR. 2025
ISSN 2316-1663
DOI: 10.47295/mren.v14i1.1863

RECEBIDO EM 24/08/2024
APROVADO EM 22/10/2024

Abstract: The article analyzes, from the perspective of Gilbert Durand's imaginary (2012), the short story "Apeiron" by the writer Caio Fernando Abreu, published in the work *O inventário do irremediável*, produced during the most repressive period of the Brazilian military dictatorship. Considering the intertwining between the author's literature and the context in which it was situated, a parallel is drawn with the Brazilian presidential government from 2019 to 2022, regarding the shared objective of homogenizing society according to pre-established social values. The article, using as theoretical support Michel Foucault's theory of biopower (2005), the concept of necropolitics coined by Achille Mbembe (2018), and Maria José Rezende's (2013) considerations on the claim to legitimacy and psychosocial strategies of the dictatorship, along with data from the Brazilian Forum on Public Security (2021; 2022; 2023), points out how the dictatorial regime employed psychosocial strategies to achieve its goals, while the federal government from 2019 to 2022 utilized necropolitical mechanisms, also presenting various imagery representations of the death of individuality.

KEYWORDS: Apeiron. Imaginary. Individuality. Caio Fernando Abreu.

Resumo O artigo analisa, sob a perspectiva do imaginário de Gilbert Durand (2012), o conto "Apeiron", do escritor Caio Fernando Abreu, publicado na obra *O inventário do irremediável*, produzido no período mais repressor da ditadura militar brasileira. Considerando o entrelaçamento entre a literatura do autor e o cenário em que estava inserido, estabelece-se um paralelo com o governo presidencial brasileiro de 2019-2022, em relação ao objetivo compartilhado de homogeneizar a sociedade de acordo com valores sociais pré-estabelecidos. O artigo, usando como aporte teórico a teoria de biopoder de Michel Foucault (2005), o conceito de necropolítica cunhado por Achille Mbembe (2018) e as considerações de Maria José Rezende (2013) quanto à pretensão de legitimidade e estratégias psicossociais da ditadura, além dos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021; 2022; 2023), aponta como o regime ditatorial usava estratégias psicossociais para alcançar seu propósito, enquanto o governo federal de 2019 a 2022 lançava mão de mecanismos necropolíticos, trazendo ainda diversas representações imagéticas da morte da individualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Apeiron. Imaginário. Individualidade. Caio Fernando Abreu.



Copyright (c) 2025 Raquel Barros Paes.

Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

1 SIMETRIAS POLÍTICAS E O IMAGINÁRIO EM CAIO FERNANDO

“Eu quero biografar o humano do meu tempo” (Abreu, 1996, p. 51). O desejo expresso pelo autor sul-rio-grandense Caio Fernando Abreu demonstra a profundidade em que ambicionava entrelaçar a perspectiva humana à sua literatura. Considerando que a subjetividade humana constrói-se a partir do seu contexto sócio-histórico-cultural, concebe-se que o cenário em que Abreu estava inserido foi intensamente atrelado às suas obras.

O livro **O inventário do irremediável**¹, escrito e publicado durante o período mais repressor do regime militar, 1968 a 1973, é exemplo desse atrelamento. Como comentado pelo próprio autor na segunda edição da obra, há “vagas alegorias sobre a ditadura militar do país”, dos “primeiros loucos tempos de 1968, AI-5 e ebulição cultural” na coletânea de contos. (Abreu, 1995, p. 6 *apud* Nogueira, 2010).

O conto “Apeiron”, pertencente à supracitada obra, traz imagens que aludem ao objetivo da ditadura militar de homogeneizar a sociedade brasileira. Instaurado por meio de estratégias psicossociais, estudadas e elaboradas pelos militares e civis colaboradores da Escola Superior de Guerra (ESG), o regime militar lutava para “criar uma ordem social em que não cabia nenhuma diferença de pensamento, comportamento e/ou sentimento” (Rezende, 2013, p. 53). Paralelamente, durante o governo que exerceu a presidência entre 2019 e 2022, por meio de discursos de ódio e desmantelamento e desfinanciamento de políticas públicas, intensificou-se um Estado de necropolítica que ocasionou um cerceamento de liberdade de figuras dissonantes do padrão ultraconservador definido como modelo aceitável durante o período político.

Ao longo do artigo, será estabelecido um paralelo entre esses dois intervalos históricos, em um recorte do seu objetivo de imprimir um padrão de comportamento à sociedade, aliado à análise das imagens do conto “Apeiron” pela perspectiva do Imaginário de Gilbert Durand. Durand (2012, p. 41) traz como trajeto antropológico do imaginário a “incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social”. Logo, o autor concebe a análise do imaginário sob a concepção sócio-histórica-cultural ao considerar a influência da subjetividade e do meio social no imaginário humano.

A investigação do conto sob o viés do imaginário permite comprovar a contemporaneidade da obra de Abreu, possibilitando correlacionar dois períodos políticos distintos, bem como evidenciar os aspectos regressivos do recente panorama político-social brasileiro.

2 DITADURA MILITAR E A PRETENSÃO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A Escola Superior de Guerra (ESG) foi um veículo de grande importância para os militares, desde os anos que antecederam o golpe de 1964. Nesse período

¹ Publicado em 1970, **O inventário do irremediável** ganhou uma reedição em 1995, revista pelo autor. Com a supressão e revisão de alguns contos, Abreu relançou o livro com o título **O inventário do ir-remediável**, as alterações e o acréscimo do hífen representando a transformação em sua maneira de enxergar a vida (Pereira, 2008).

antecessor, ela já afirmava e defendia a convergência total dos interesses entre os militares e o povo brasileiro. Após a instauração da ditadura, a imposição dessa crença tornou-se foco primordial. Buscava-se demonstrar que o regime era legítimo, pois havia total consonância entre os militares e a sociedade brasileira.

Esse processo de afirmação da legitimidade do regime, conforme Rezende (2013, p. 32), ultrapassava um “artifício de imposição de uma forma de poder, mas [atuava] como arte de tentativa de padronização de todas as relações sociais”. O regime ultrapassou a “alocação autoritária de valores” e que tampouco objetivava apenas a “manipulação do comportamento humano” ou “obediência para um determinado sistema de poder” (Faria, 1978, p. 97-98 *apud* Rezende, 2013, p. 31), mas buscava a construção contínua de uma determinada ordem, que deveria ser aderida por todos, a uma dada forma de organização social (Rezende, 2013, p. 31).

A ESG tinha um papel fundamental na construção dessa organização social, ela era a gênese das estratégias psicossociais que os militares e os civis que incorporaram o grupo de poder do regime militar aplicavam contra o povo. Amplamente empregado pelos condutores e ideólogos do regime militar, o termo psicossocial “expressava a intenção da ditadura de sedimentar um corpo de valores que possibilitasse a ordenação no campo subjetivo da ordem social pretendida pelo movimento de 1964” (Rezende, 2013, p. 18). Ou seja, a pretensão da ESG era de, por meio de estratégias psicossociais, impor uma ordem social que garantiria a aceitabilidade do regime. Ela objetivava entranhar-se nos recantos mais profundos da vida social e da mente do brasileiro, ultrapassando o âmbito objetivo para alcançar o subjetivo, enraizando seus valores e ideais na sociedade brasileira, eliminando toda e qualquer possibilidade de reação adversa à ditadura.

Essa tentativa de homogeneização dos indivíduos e, conseqüentemente, da sociedade expõe uma das faces do caráter ditatorial do regime, que afirmava sua legitimidade democrática, enquanto buscava gerar sentimentos de submissão, subordinação e obediência nos indivíduos.

Com valores extremamente conservadores que condiziam com um posicionamento dito anticomunista, ou seja, a favor da família, da empresa privada, do direito à religião (judaico-cristã), dentre outros, a ditadura aderiu a certos seguimentos da sociedade brasileira, pois refletia o ideário e crenças de uma parcela da população. Essa correspondência não era coincidência, mas resultado de relatórios de sociólogos que respondiam à ESG e colaboravam com os militares.

Nos segmentos em que a sociedade não compartilhava os valores compelidos pela ditadura, os atos institucionais² entravam em vigor, tanto para sufocar qualquer possibilidade de insubordinação quanto para punir aqueles que se desviavam do padrão social e comportamental exigido. Os atos de exceção eram a demonstração escancarada da recusa do regime em não ser legitimado pelo povo. Dentre os atos institucionais, destaca-se o AI-5, ato de exceção que institucionalizou a tortura e instaurou o período mais sombrio da ditadura.

Com o avanço do regime, tornava-se cada vez mais evidente a distorção dos conceitos de democracia e liberdade social, ambos desconectados de qualquer

² Entre 1964 e 1969 foram emitidos 17 atos institucionais que consistiam em instrumentos para a ratificar a suposta legalidade da ditadura, eles ampliavam os poderes do Executivo, autenticavam as violências e ilegalidades cometidas pela ditadura e eliminavam direitos intrínsecos do povo brasileiro.

fundamento teórico apresentado ao longo dos séculos. A afirmação de legitimidade democrática aliava-se a “atos de exceção, ausência de liberdade política e concentração dos poderes no executivo” (Rezende, 2013, p. 72), enquanto a declaração da liberdade social era fundamentada na ordem e disciplina – valores militares – e era “subtraída das pessoas e dos grupos qualquer liberdade de emitir opiniões divergentes, opostas e/ou contestatórias” ao regime sob a pena de perseguição, tortura e/ou morte (Rezende, 2013, p. 85).

O AI-5, a institucionalização e permissão para perseguição, tortura e/ou morte de figuras consideradas desviantes pela ditadura, era dito como repressão, admissível no ideário de democracia escalonada pelos militares, pois aqueles que optavam por não aderir ao regime militar eram colocados em um patamar diferente, “fora dos parâmetros democráticos, portanto, expostos a todos os males que isto acarretava. (...) A liberdade de pensamento, por exemplo, era permitida apenas àqueles que concordavam com o processo político em curso” (Rezende, 2013, p. 86).

Nesse cenário, em que através das estratégias psicossociais e atos de exceção a ditadura buscava impor uma nova ordem social, a individualidade era um preceito desprezado e impugnado. Os indivíduos, de acordo com o regime, deveriam dividir a mesma mentalidade e atitudes comportamentais, logo a ditadura visava à uniformização da sociedade, ocasionando a “morte” da individualidade.

3 GOVERNO PRESIDENCIAL DE 2019 A 2022 E O CERCEAMENTO DA LIBERDADE

Entre 2010 e 2014, o ex-deputado federal Jair Messias Bolsonaro ascendeu midiaticamente com falas misóginas, LGBTQIA+fóbicas, e racistas, além de afirmações repletas de desprezo pelos direitos humanos, apologia à tortura e apoio à ditadura militar brasileira. Nas redes sociais encontrou terreno fértil para disseminar seus discursos de ódio e ideias negacionistas.

Em outubro de 2018, o resultado das urnas uniu o Brasil a Costa Rica, Paraguai, Venezuela, Colômbia e México, no que Carranza (2020) nomeou como a ascensão mundial do autoritarismo por vias democráticas na América Latina. O resultado também demonstrou que 55,13% da população brasileira, dos quais 30,87% representavam votos brancos, nulos e abstenções, corroboravam, de alguma forma, os discursos do presidente eleito em 2018.

Para Zimmer (2001 *apud* Brugger, 2010, p. 118), discurso de ódio refere-se a “palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”. É a capacidade de “instigar violência, ódio ou discriminação” que leva a associação do discurso de ódio à necropolítica.

Pautado na teoria de biopoder de Michel Foucault (2005), o termo necropolítica, cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, é a institucionalização de uma política de morte pelo Estado. (Bomfim; Salles; Bahia, 2020). Seletiva, a política de morte opta entre os indivíduos de acordo com a classe social, raça, gênero, orientação sexual e identidade de gênero. É o “racismo de Estado” de Foucault (2005, p. 73) ditando “quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018).

O racismo de Estado é um dos dispositivos do biopoder, pois vigora como o gerenciamento dos corpos biológicos. Em suma, por meio de uma análise histórica, Foucault demonstra a progressão do poder soberano ao estatal, no qual o poder absoluto do soberano sobre a vida do súdito é substituído pelo compromisso do Estado de preservar a vida. Entretanto, neste compromisso, o Estado passa a gerenciar os corpos biológicos: “natalidade, mortalidade, longevidade, deslocamentos, fecundidade, entre outros, tornam-se dispositivos de poder”, constituindo o biopoder (Missiatto, 2021, p. 3).

Nesse Estado em que o interesse é a preservação da vida, a ótica torna-se distorcida, pois se determina um grupo para ser protegido e resguardado pelo Estado, enquanto o restante é descartado (Bomfim; Salles; Bahia, 2020, p. 157). Esse grupo é eleito com base na eugenia e “funciona como uma tecnologia de governo destinada a fazer viver aqueles grupos populacionais que melhor se adaptam ao perfil de produção requisitado pelo Estado moderno e capitalista” (Missiatto, 2021, p. 3).

Outro conceito vinculado à necropolítica de Mbembe (2018) é o estado de exceção, explicado por Giorgio Agamben (2004). Um vácuo, em que os direitos dos cidadãos são anulados em nome de proteger o Estado de uma ameaça ou crise. O estado de exceção não se dá pela ausência de legislação, mas “justamente pela existência de um ordenamento jurídico que lhe privilegia o uso de ferramentas para exterminar aqueles que ocuparem o lugar dos indesejados pelo Estado” (Missiatto, 2021, p. 5).

Durante o governo presidencial de Bolsonaro, houve uma expansão da necropolítica, o discurso de ódio, o desmantelamento e o desfinanciamento das políticas públicas atuaram como mecanismos necropolíticos, criando estados de exceção que estabeleceram uma “base normativa do direito de matar” (Mbembe, 2018). Analisando pesquisas e dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), podemos visualizar o impacto do governo necropolítico do ex-presidente.

O FBSP (2023, p. 16) demonstrou um crescimento de 6,1% nos feminicídios em 2022, totalizando 1.437 mulheres mortas. Além dos atentados contra a vida, a FBSP (2023) expôs um aumento de 2,9% de agressões em “contexto de violência doméstica”, as ameaças se intensificaram em uma taxa de 7,2%, e os registros de assédio sexual cresceram 49,7%, totalizando 6.114 casos. Foi a importunação sexual que se destacou, perpassando todas as modalidades criminais, o aumento foi de 37%, totalizando 25.530 casos (FBSP, 2023, p. 136).

O FBSP (2023) definiu três hipóteses principais para esse crescimento, duas das quais se referem à necropolítica do ex-presidente:

- 1) em primeiro lugar, ressaltamos o desfinanciamento das políticas de proteção à mulher por parte da gestão de Jair Bolsonaro, que registrou a menor alocação orçamentária em uma década para as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher (FBSP, 2022); 2) chamamos a atenção para o impacto da pandemia de covid-19 nos serviços de acolhimento e proteção às mulheres, que em muitos casos tiveram restrições aos horários de funcionamento, redução das equipes de atendimento ou mesmo foram interrompidos; 3) por fim, não há como dissociar o cenário de crescimento dos crimes de ódio da ascensão de

movimentos ultraconservadores na política brasileira, que elegeram o debate sobre igualdade de gênero como inimigo número um. (FBSP, 2023, p. 136-137)

As hipóteses levantadas pelo FBSP (2023) refletem os instrumentos apontados como mecanismos necropolíticos da gestão do ex-presidente, enquanto os dados alarmantes demonstram o resultado em crimes de ódio desses mecanismos aplicados contra a mulher. Na perspectiva de decidir “quem deve viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018), ao desfinanciar as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, o ex-presidente negligenciou vidas e garantiu a morte de centenas de mulheres.

No mesmo ano do assassinato de João Alberto Freitas, homem negro morto por espancamento e asfixia por dois seguranças no supermercado Carrefour, em Porto Alegre, o FBPS (2021) apontou que 78,9% das vítimas de intervenções policiais eram negras. No mesmo ano, 2020, FBPS (2021) indicou que “a concentração de vítimas negras [de intervenções policiais] é muito superior à composição racial da população brasileira, [56,3%] o que demonstra uma sobre-representação de negros entre as vítimas da letalidade policial” (FBPS, 2021, p. 67). Em 2022, esse índice saltou para 83,1%, aprofundando ainda mais a sobre-representação, sendo que foram, no total, em valores absolutos, 6.429 mortos pela letalidade policial naquele ano (FBPS, 2023, p. 65).

Outro apontamento do Anuário de 2023 é a idade das vítimas de intervenções policiais com resultado de morte, 45,4% são jovens de 18 a 24 anos. (FBPS, 2023, p. 65). Esses dados consideram mortes decorrentes de intervenções policiais (MDIP) dentro e fora de serviço.

O Anuário também calcula uma proporção de MDIP em relação às Mortes Violentas Intencionais (MVI) – categoria criada pelo FBSP que agrega as vítimas de homicídio doloso (incluindo feminicídios e policiais assassinados), roubos seguidos de morte, lesão corporal seguida de morte e as mortes decorrentes de intervenções policiais – ou seja, calcula qual a porcentagem de mortes decorrentes de intervenções policiais dentre as mortes intencionais violentas. O percentual de 2019 a 2022 varia entre 12,7% (menor taxa deste período), referente a 2020, e 13,5% (maior taxa do intervalo supracitado) correspondente a 2022. Portanto, recorrentemente, mais de 10% das mortes violentas intencionais brasileiras são de responsabilidade policial (FBSP, 2023, p. 64).

Quando aliamos esse dado ao discurso proferido pelo presidente eleito em 2018, durante sua campanha eleitoral, em entrevista televisiva, o impacto amplia-se:

...Ele entra, resolve o problema, se matar 10, 15 ou 20 com dez ou trinta tiros cada um, ele tem que ser condecorado e não processado.

...Dar uma florzinha para eles? Ou atirar? Você tem que entrar e atirar, se não atirar, não vai resolver nunca... (Silva, 2020, p. 91)

Além de incentivar e legitimar a morte por intervenção policial, desrespeitando completamente os direitos humanos, considerando o perfil das vítimas da letalidade policial – jovens negros –, essas falas podem ser classificadas como um discurso de ódio,

proferido pelo antigo candidato à presidência, em rede nacional, ou seja, com alcance e impacto imensurável.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) publicou três diferentes pesquisas que balizam a repercussão das falas do presidente e sua aderência nas forças de segurança pública:

[Na] pesquisa de opinião *Percepções dos Profissionais da Segurança Pública sobre os ataques às sedes dos três poderes* (FBSP, 2023) 63% dos policiais ouvidos afirmava acreditar que as forças de segurança pública estão contaminadas pelo discurso político e partidário e isso atrapalha suas atividades-fim. A pesquisa *Policiais, Democracia e Direitos* (FBSP, 2022) indicava, similarmente, que entre 15% e 40% dos policiais estavam poderiam ser considerados aderentes ou potenciais aderentes ao extremismo de direita, confirmando os achados da pesquisa *Política entre os policiais militares, civis e federais do Brasil* (FBSP, 2021), que indicou aumento da adesão de policiais de todas as categorias à ideologia bolsonarista de extrema direita entre 2020 e 2021. (FBSP, 2023, p. 115, grifos do autor)

Isto é, estabeleceu-se uma aderência de um dos mecanismos necropolíticos apontados no artigo: o discurso de ódio do ex-presidente contra a polícia que mais mata no mundo. Essas pesquisas abrem precedentes para análise da extensão da política de morte do Estado e quais são os agentes que a promovem.

Esses dados também possibilitam elucidar alguns pontos levantados pelo FBSP, como a diferença entre as estatísticas referentes às vítimas de assassinato LGBTQIA+. Os dados produzidos pela sociedade civil, coletados pelas mídias sociais – relatórios anuais da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) e do Grupo Gay da Bahia (GGB) –, refletem o panorama da violência sofrida por esse grupo (FBSP, 2023). Enquanto as estatísticas oficiais apontam para 163 vítimas LGBTQIA+ de homicídio doloso no Brasil em 2022, o dossiê *Mortes e violências contra LGBTI+* contabilizou 228 vítimas LGBTQIA+ de homicídio no Brasil (Gastaldi; Benevides; Coutinho, 2023).

Essa diferença de informações tem impacto negativo, pois a produção de dados oficiais é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas solucionadoras de problemas sociais. Aliado a esse apagamento, durante o governo presidencial de 2019-2022, tivemos também o desmantelamento de políticas públicas afirmativas voltadas à minoria LGBTQIA+, como, por exemplo, a retirada dessa parcela da população das diretrizes de políticas públicas que compõem o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, incluindo mais um grupo de minorias sociais impactadas pela política de necropoder do ex-presidente. Na época, a pasta foi designada a Damares Alves, que disseminou discursos de ódio, como as declarações como que sexo entre pessoas do mesmo sexo é uma “aberração” (Dimenstein, 2019), que “gays querem banir a Bíblia do Brasil” (Vídeo, 2019), e que “meninos devem usar azul, enquanto meninas, rosa.” (Menino, 2019).

Os discursos de Damares foram ratificados pelo ex-presidente, que não se limitava a tecer afirmações discriminatórias, mas, de acordo com Silva (2020, p. 105), incentivava sutilmente seus seguidores a realizarem comentários preconceituosos e jocosos nas redes sociais, deixando-os fazerem por ele, isentando-se da autoria dos

discursos de ódio, enquanto garantia sua disseminação. Ao atuar dessa forma, Bolsonaro estendia o poder soberano de um Estado necropolítico aos indivíduos, gerando crimes de ódio representados pelas estatísticas apresentadas.

Em um exemplo expressivo do poder discursivo e das políticas públicas, a FBSP acompanhou parte das etapas da implementação do Programa Olho Vivo da Polícia Militar do Estado de São Paulo (FBSP, 2023), em parceria com a UNICEF, e apontou alguns resultados:

Em resumo, o Programa incorporou ações políticas (sendo a de maior visibilidade a mudança discursiva do governador em torno da letalidade), administrativas (sendo a mais visível delas a Comissão de Mitigação de Não Conformidades) e a componente tecnológico (na figura das câmeras, da transmissão e armazenamento das imagens captadas) e deu conta de reduzir, entre 2021 e 2022, 63,7% da letalidade geral, 33,3% da letalidade nos batalhões em que não houve implementação de câmeras e 76,2% da letalidade nos batalhões em que as câmeras passaram a ser utilizadas. (FBSP, 2023, p. 66)

Essas pesquisas refletem a problemática de uma política de morte do Estado e seus possíveis agentes. Todos esses dados apontam o discurso de ódio e o desmantelamento de políticas públicas como mecanismos de política da morte, demonstrando a vulnerabilidade a que indivíduos, de acordo com a classe social, raça, gênero, sexualidade e identidade de gênero, foram expostos durante esse período de governo presidencial, deixando-os sujeitos a espaços de exceção, em um Estado necropolítico que ditou “quem pode viver e quem deve morrer”. Esses mecanismos impunham identidades e comportamentos considerados aceitáveis, na tentativa de imprimir um padrão de conduta, de acordo com a ideologia ultraconservadora do governo, impondo um cerceamento de liberdade.

4 DITADURA E GOVERNO FEDERAL DE 2019-2022: ASSASSINOS (DA INDIVIDUALIDADE)

A ditadura militar brasileira e o governo presidencial de 2019-2022 implementaram, através de políticas de morte, o cerceamento da liberdade na tentativa de homogeneizar a conduta dos indivíduos e, conseqüentemente, da sociedade.

A ditadura apoiava-se na Escola Superior de Guerra e em suas estratégias psicossociais, com atos de exceção que institucionalizaram perseguições, torturas e mortes, enquanto no governo Bolsonaro foram desfinanciadas políticas públicas de proteção a minorias sociais que serviram como incentivo ao ataque desses mesmos grupos, em mecanismos necropolíticos.

Nesse panorama de necropolítica, na tentativa de manter-se vivo e se preservar, o indivíduo se invisibilizava, sufocando sua subjetividade, “matando” sua individualidade para garantir sua sobrevivência e/ou evitar sofrer discriminação.

5 CONTO “APEIRON” E A MORTE DA INDIVIDUALIDADE

Em sua pluralidade de interpretações, o conto “Apeiron” traz representações simbólicas que convergem com o arquétipo da morte. Ao final do conto, quando o estado do protagonista é revelado, é dado que se trata de um personagem-cadáver consciente, imóvel em um caixão, sendo velado por um padre.

Durand (1988) define a alegoria como a figuração concreta de um signo com significado abstrato. Sob essa perspectiva, o personagem-cadáver assume uma alegoria da própria morte. Seu caixão seria um “emblema”: acessório que aprofunda a representação da alegoria, e o padre o velando constituiria um “apólogo”: contexto inserido que intensifica a expressão da alegoria (Durand, 1988, p. 13).

O velório equivale também como “antífrase da morte”, como qualquer outro “ritual mortuário”. (Durand, 2012, p. 238). Sendo a antífrase, é a intensificação do processo de eufemização. (Durand 2012, p. 200). A imobilidade e a rigidez do personagem – “os mesmos cabelos ao vento, ainda que rigidamente armados em torno da cabeça” – e seu “quieto coração” são imagens do arquétipo da morte (Abreu, 2018, p. 26-27).

O cadáver consciente constitui uma “unificação de contrários”, pois o cadáver implica morte, enquanto a consciência implica vida (Durand, 2012, p. 294). Essa unificação resulta na “eufemização” do arquétipo da morte, pois a torna menos definitiva, exorcizando sua finitude e parte da negatividade e terror do óbito (Durand, 2012).

Paralelamente, o conto “Apeiron” simboliza a morte da individualidade e padronização do pensamento e comportamento do sujeito, contendo uma série de imagens que descrevem esse processo de óbito simbólico e uniformização. Esse conteúdo simbólico corresponde ao objetivo do regime militar de “promover não o entorpecimento da consciência da maioria da população, mas formar uma consciência favorável e, portanto, participativa no sentido de defender e propagar, de modo contínuo e sucessivo, os valores essenciais da ditadura” e do governo federal dos anos de 2019-2022 de reger os indivíduos de acordo com suas referências conservadoras de conduta (Rezende, 2013, p. 93).

Reorganizado por uma “matéria de bondade”, o personagem-cadáver encontra-se em um caixão com tampa com vidro. O vidro do caixão atua como um espelho, no qual o personagem percebe “num susto” as alterações em seu corpo, que regrediu a um estado anterior: a “todo um ser de antigamente, reestruturado” (Abreu, 2018, p. 26).

Durand (2012, p. 100) traz o espelho como “processo de desdobramento das imagens do eu, e assim símbolo do duplicado tenebroso da consciência”, demonstrando que a imagem que o personagem enxerga no “fundo do vidro” refere-se ao estado de seu corpo em resposta à condição de sua consciência (Abreu, 2018, p. 26). Como dito por Goethe (1819 *apud* Cirlot, 1984, p. 207): “O que está dentro (ideia) está também fora (forma)”.

A “matéria de bondade” que atua contra o personagem seria a representação das táticas de harmonização da sociedade aplicadas pela ditadura militar e governo de 2019 a 2022, respectivamente, as estratégias psicossociais e os mecanismos necropolíticos que impõem o cerceamento da liberdade.

Durante o processo de transformação, o personagem reconhece em si uma “limpidez”, “não de quem experimentou e venceu, mas a claridade que vinha duma isenção, como se nunca tivesse entrado no mundo” (Abreu, 2018, p. 26). Considerando a identidade, dentre a complexidade de sua construção, como concebida parcialmente ao longo da trajetória de um indivíduo no mundo, essa “sensação” de nunca ter entrado no mundo, aliado à “claridade que vinha duma isenção” e “limpidez”, evoca a imagem de anulação da identidade do personagem, construindo o processo de morte da individualidade (Abreu, 2018, p. 26).

Respalhando esse processo, o personagem perde suas marcas – “agora já não havia marcas, as marcas onde estavam?” – deixadas por suas vivências, do que experimentara: “a maldade, a devassidão, a frieza, o cálculo, o vício, o cinismo, a agressão” (Abreu, 2018, p. 26). Além do apagamento das marcas subjetivas ser uma imagem do simbolismo do conto, trazendo o fragmento do conto para o contexto da ditadura, com a instituição do regime e dos atos de exceção, em especial o AI-5, compreende-se a continuação do trecho: “e experimentara não como formas de ser, nem como opções. Experimentá-los tinha sido simplesmente ser o que o caminho exigia que se fosse, não desvios, nem atalhos” (Abreu, 2018, p. 26), ou seja, no sistema imposto não havia escapatória, o povo sentia o peso da violência, da repressão, do medo, ainda que se submetesse a eles. Enquanto, na conjuntura do governo federal de 2019-2022, eram as minorias sociais, pressionadas pelos mecanismos necropolíticos, que vivenciavam e experimentavam esses sentimentos.

Em continuidade à recuperação integral de todo o ser antigo, o personagem, ainda que supostamente morto, sente “aquele brilho escorregando dos olhos” e sua tepidez, “aquela tepidez que faria com que as pessoas se aconchegassem lentas, tangíveis, ao alcance da mão” deixando-o (Abreu, 2018, p. 26). A tepidez, o “morno”, apesar de uma característica física, pode ser lida com uma face subjetiva, principalmente porque é perdida junto ao brilho dos olhos. Dito como escorregamento, a perda da tepidez e do brilho do olhar transmite uma impressão de acontecimento em andamento, de lentidão, atuando como uma imagem do processo da morte da individualidade.

O narrador, em uma metáfora do simbolismo do conto, traz: “ele que tinha sido siroco ardente ou minuano gélido, ele brisa, agora. Ou nem brisa: ausência de ventos” (Abreu, 2018, p. 26). Com essa metáfora de ventos, o narrador demonstra a dissipação dos sentimentos do personagem, antes intensos, variando de ardentes a gélidos, agora ausentes. A figura do vento para representar essa ausência é interessante pelo seu simbolismo de vaidade (Chevalier; Gheerbrant, 2015). Vaidade enquanto “qualidade do que é vão, vazio”, configura a metáfora como imagem do órbita simbólico do conto (Houaiss, 2009).

As escolhas lexicais e sintáticas efetuadas por Abreu (2018) também respaldam a ideia de abstração da identidade do personagem. Em uma soma de orações coordenadas articuladas entre si por pontos finais, o sujeito mantém-se ausente. Optar pelo narrador em terceira pessoa aprofunda essa perspectiva. O personagem não tem voz própria. A indeterminação do sujeito e o sufocamento de sua voz pelo narrador suplantam a ideia de invisibilização do sujeito que leva à morte da individualidade.

Considerando o simbolismo do conto e o paralelo estabelecido com os períodos políticos da ditadura militar e do governo de cerceamento de 2019-2022, considera-

se que o sujeito, para preservar-se e manter-se vivo, sufoca sua própria identidade e subjetividade, matando sua individualidade. Ao se sufocar, o indivíduo se submete ao regime ou governo, permitindo que os períodos políticos o matem, metaforicamente. Essa morte, eufemizada, pode ser considerada um engolimento. Tomando o indivíduo como um “continente gulliverizado”, o sujeito engole sua própria individualidade enquanto é engolido pelo contexto social opressor em que está inserido. Logo, engole enquanto é engolido, numa eufemização e “redobramento da dupla negação” (Durand, 2012, p. 207).

Em um reflexo da consciência em reorganização do sujeito, seu corpo sofre alterações:

Tocava a pele dos braços buscando as asperezas, as brusquidões do rosto, aquele vinco amargo no canto da boca, a pálpebra trêmula, a carne flácida das olheiras, as entradas fundas no cabelo, os dedos grossos, os pelos dos dedos grossos, as calosidades das palmas das mãos de dedos grossos — onde haviam ficado? Seus dedos lisos deslizavam mansos numa superfície doce, assim mesmo, com todos os adjetivos suaves. Não mais as bruscas paradas, como se tivesse esquinas e becos e encruzilhadas pela face. E o ventre raso. Os pés sem calos. O pescoço sem rugas. As coxas sem flacidez. E tudo, tudo voltava a ser antigo, e no entanto novo, compreende? (Abreu, 2018, p. 26)

A suavização de seu corpo, a ausência das marcas físicas é a representação material da perda de identidade e, conseqüentemente, a morte da individualidade. Também demonstra a ausência da ação do tempo sobre seu corpo e uma perda dos limites corpóreos. A perda dos limites estende-se à consciência que se condensa em uma massa padronizada obtida pela política dos períodos históricos.

Considerando a teorização de Anaximandro (c.612-545 a.C.), o cosmos seria originário de Apeiron, o ilimitado (Audi, 1999). De acordo com Freire (2015, p. 43), Apeiron, também o “indeterminado”, significa a ausência de limites. Logo, esse processo de reorganização e transformação do personagem em um ser “antigo, e no entanto novo”, o cadáver com consciência e perda dos seus limites do corpo e da mente, seria o Apeiron agindo sobre o personagem por meio da “matéria de bondade” (Abreu, 2018, p. 2018).

O trecho “tudo voltava a ser antigo, e no entanto novo, compreende?”, aponta que não se trata apenas de uma retorno ao ser antigo, mas uma reorganização em um novo indivíduo padronizado de acordo com os preceitos de determinados regimes políticos (Abreu, 2018, p. 26).

As cores, sob a percepção C. G. Jung, trazida por Chevalier e Gheerbrant (2015, p. 280), “na concepção analítica, (...) exprimem as principais funções psíquicas do homem, pensamento, sentimento, intuição, sensação”, tornando o trecho “tinha campinas verdes pelo cérebro e colinas suaves e palmeiras esguias e um céu cor-de-rosa encobrendo um lago azul no quieto coração” uma representação imagética da morte da individualidade e conseqüente padronização do indivíduo (Abreu, 2018, p. 27). Para Chevalier e Gheerbrant (2015), o cérebro é o substituto da cabeça completa, enquanto Wernert afirma que (*apud* Durand, 2012, p. 141), “para o primitivo, a cabeça é centro e princípio de vida, de força física e psíquica, e também receptáculo

do espírito”. Com toda essa significação, no conto, a cabeça é o lar do verde. Cor que, dado pelos especialistas modernos da comunicação e do marketing, é a cor “mais calma que existe, uma cor sem alegria, sem tristeza, sem paixão, que nada exige” (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 942).

Logo, verde seria a cor da neutralidade. Criando um paralelo entre a imagem do simbolismo do conto e os períodos políticos, no centro da força física e psíquica, receptáculo do espírito, há apenas neutralidade, porque, com a imposição dos valores do regime ou Estado, não restou força para se sobrepor, apenas aderir.

O coração, segundo Chevalier e Gheerbrant (2015), é o centro vital do ser humano, símbolo das funções intelectuais. Nele, temos um “céu cor-de-rosa encobrendo um lago azul” (Abreu, 2018, p. 27). Durand (2012) traz a água como o espelho originário, porém nessa imagem a água, o lago, não reflete o céu. Essa dicotomia é a imagem entre quem o indivíduo era e quem ele se tornou, é a representação imagética da morte da individualidade e reorganização do sujeito em um padrão.

A cor rosa incorpora dois componentes, o vermelho e o branco, contendo em si suas simbologias: entre o vermelho, “licitamente visível no curso da morte iniciatória” – relacionável à morte da individualidade essencial e iniciatória para implementação dos valores do regime ou Estado –, e o branco, cor da morte e do luto, o rosa assume feitiço mortuário, plácido, pois o branco suaviza o vermelho para resultar na cor (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 945). No coração, a cor simboliza a morte da capacidade intelectual, da capacidade de discernimento, de pensamento crítico. É o encerramento do processo de reorganização da “matéria de bondade” traduzido na incapacidade de se posicionar contra os valores forçados ao indivíduo.

O azul representa o vazio do indivíduo em resposta à perda da sua identidade decorrente da morte da individualidade. Chevalier e Gheerbrant (2015, p. 107) trazem o azul como a mais imaterial das cores, pois a natureza o apresenta na transparência, no vazio acumulado: “vazio de ar, vazio de água, vazio do cristal ou do diamante”, além de apontarem que, em certas práticas aberrantes, a cor pode significar o “cúmulo da passividade e da renúncia”, assumindo também como uma representação imagética da renúncia e submissão aos valores do regime ou governo supracitado.

Por fim, o processo simbólico retratado encerra-se, e as expressões “Sem asperezas. Envernizado. Inatingível. Definitivo. (...) Atingira a bondade absoluta” aludem à padronização do sujeito, enquanto “Sólido em sua meiguice” aponta para submissão do indivíduo aos valores impostos por um determinado regime social que objetive o anulamento da individualidade (Abreu, 2018, p. 27). Em resposta à padronização, o personagem deseja gritar, porém já não pode, indicando o silenciamento do sujeito por uma conjuntura social de aniquilamento, impossibilitado de impor a própria voz, pois já não possui uma. Esse silenciamento atua como representação imagética do simbolismo do conto.

O conto finaliza-se com a frase “Em breve viriam os vermes” (Abreu, 2018, p. 27). Chevalier e Gheerbrant (2015, p. 943) apontam vermes como símbolo da vida que renasce da morte, logo, eles assumem como imagem de transfiguração da morte da individualidade em vida padronizada pretendida por contextos sociais opressores, que, ao que parece, se repetem na história humana, e particularmente, na sociedade brasileira, comprovando a atualidade, dolorosa, do conto de Caio Fernando Abreu.

6 SIMETRIAS POLÍTICAS E A CONTEMPORANEIDADE EM CAIO FERNANDO ABREU

A análise do conto “Apeiron”, sob a perspectiva do imaginário de Gilbert Durand, permitiu comprovar o entrelaçamento entre o simbolismo da obra e o contexto sócio-histórico cultural em que ele foi escrito – ditadura militar brasileira e implementação das estratégias psicossociais contra a população brasileira. As similaridades, no recorte analisado de objetivo de homogeneização da sociedade brasileira, entre o regime militar e o governo presidencial de 2019-2022, comprovam a contemporaneidade da obra de Caio Fernando Abreu, afinal ela reflete, em seu conteúdo, um panorama sociopolítico vivenciado meio século após sua publicação.

Essas similaridades também demonstram a involução do cenário sociopolítico brasileiro, pois, com distância de décadas, políticas opressoras e de morte foram aplicadas pelo Estado contra a população brasileira, por meio de táticas para garantir a padronização do comportamento e pensamento do sujeito, utilizando mecanismos necropolíticos, os quais visavam à conversão dos indivíduos aos seus valores sociais ultraconservadores. Valores sociais que refletiam aqueles impostos pela ditadura militar.

Os crimes de ódio e letalidade policial apontados promovem a análise e reflexão do impacto dos mecanismos necropolíticos na população e quais são os agentes responsáveis pela propagação da política de morte. Surge o questionamento: o quanto o Estado permite que o indivíduo determine “quem pode viver, quem deve morrer” (Mbembe, 2018)?

Uma das consequências do objetivo de ambos os períodos históricos é a morte da individualidade e uniformização do sujeito; no conto “Apeiron”, essas consequências são simbolismos que se relacionam ao arquétipo da morte. Com várias imagens que o suplantam, o simbolismo do conto assume, simultaneamente, teor simbólico de “queda” e “ascensão”, com variação dada pela perspectiva considerada (Durand, 2012).

Sob a perspectiva conservadora homogeneizante, em que seus valores são dados como positivos e privilegiados, a aderência a eles, representada no conto, se traduz no simbólico de ascensão. Sob o viés humanitário, que valoriza a vida humana como um todo, essa adesão tem o significado simbólico de queda.

Logo, conclui-se que o caráter simbólico que atravessa a obra de Abreu relaciona-se com períodos políticos relevantes para a história brasileira e possibilita a reflexão e questionamentos essenciais para análise desses períodos, tornando sua investigação essencial devido à reverberação desses períodos na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. F. Eu quero biografar o humano do meu tempo: entrevista. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1996, Caderno 2, p. 51. Entrevista concedida à Kil Abreu. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19960827-37568-nac-0051-cd2-d2-not>. Acesso em: 03 abr 2024.

ABREU, Caio Fernando. **Contos completos**. 1. ed, São Paulo, Companhia das Letras,

2018.

AUDI, Robert. **The Cambridge dictionary of philosophy**. 2 ed. New York: Cambridge University Press, 1999.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**: [Homo Sacer, II, I]. 1ª ed, São Paulo, Boitempo Editorial, 2004. *E-book*.

BOMFIM, R.; SALLES, V. T.; BAHIA, A. G. M. F. de M. Necropolítica trans: o gênero, cor e raça das LGBTI que morrem no Brasil são definidos pelo racismo de Estado.

Argumenta Journal Law, [S. l.], n. 31, p. 153–170, 2020. DOI:

10.35356/argumenta.v0i31.1727. Disponível em:

<https://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/326>. Acesso em: 13 maio. 2024.

BRUGGER, W. Proibição ou Proteção do Discurso do Ódio? Algumas Observações sobre o Direito Alemão e o Americano. **Direito Público**, [S. l.], v. 4, n. 15, 2010.

Disponível em:

<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1418>. Acesso em: 13 maio. 2024.

CARRANZA, B. Apresentação-Erosão das democracias latino-americanas: a ascensão política dos cristãos. **Ciencias Sociales y Religión**, Campinas, SP, v. 22, n. 00, p. e02-13, 2020. DOI: 10.20396/csr.v22i00.13752. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8670119>. Acesso em: 03 abr 2024.

Damares diz que gays querem banir a Bíblia do Brasil. **Revista Lado A**. Curitiba, Notícias, 16 jan 2019. Disponível em:

<https://revistaladoa.com.br/2019/01/noticias/video-damares-diz-que-gays-querem-banir-a-biblia-no-brasil/>. Acesso em 04 maio 2024.

DIMENSTEIN, G. Dimenstein: Damares diz que sexo entre mulheres é “aberração”.

Catraca livre, 09 jan 2019. Disponível em:

<https://catracalivre.com.br/dimenstein/1708672/>. Acesso em 04 abr 2024.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arquetipologia geral. Tradução: Hélder Goldinho. 4. ed, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DURAND, G. **A imaginação simbólica**. Trad. Eliane Fittipaldi Pereira. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade São Paulo, 1988.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, figuras, cores, números. Tradução: Vera da Costa e Silva. 27. ed., Rio de Janeiro: J. Olympio, 2015.

CIRLOT, J.-E. **Dicionário de símbolos**. Tradução: Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo, 1984.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ISSN 1983-7364, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acesso em: 02 abr 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ISSN 1983-7364, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 02 abr 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ISSN 1983-7364, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 02 abr 2024.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. 4 ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 2005.

FREIRE, J. B. Noções aristotélicas em Anaximandro: ápeiron como elemento primordial e o que pensou Aristóteles sobre o indefinido. **Griot : Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 36–44, 2015. DOI: 10.31977/grirfi.v11i1.644. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/644>. Acesso em: 13 maio. 2024.

GASTALDI, A. B. F. (org.); BENEVIDES, B. (org.); COUTINHO, G. (org.). **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: Dossiê 2022. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf> . Acesso em: 04 maio 2024.

HOUAISS, A.; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

‘MENINO veste azul e menina veste rosa’ diz Damares. **Folha de S. Paulo**. 3 jan 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>. Acesso em: 04 abr 2024.

MISSIATTO, L. A. F. Necrodiscursos: Discursos articulados pelas políticas da morte. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, p. 1 - 13, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i8.17302. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17302>. Acesso em: 13 maio 2024.

NOGUEIRA, R. C. Antagonismos político-sociais em Caio Fernando de Abreu. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**. Santa Maria, v. 3, jul. 2010. Disponível em: http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie03/art_12.php. Acesso em: 02 abr 2024.

PEREIRA, V. de F. **Caio Fernando Abreu em Inventário do irremediável**: navegante de águas turvas. 2008. Dissertação (Mestrado em literatura brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001717191>. Acesso em: 02 maio 2024.

REZENDE, M. J. de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984. Londrina: Eduel, 2013. E-book. Disponível em: <http://www.uel.br/editora/porta1/pages/livros-digitais-gratuitos.php>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SILVA, C. G. C. da. **O bolsonarismo da esfera pública**: uma análise Foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, fake news e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7664/11/Disserta%C3%A7%C3%A3o_CrisSilva_PPGL.pdf. Acesso em: 03 abr 2024.

A AUTORA

Raquel Barros Paes é graduanda do curso de Letras Português na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Atua no Programa Socializando a Leitura como bolsista voluntária nos projetos "Troca de Livros: socializando a leitura", "Oficina de Contação: a formação de leitores" e "Literarte: literatura em movimento", participa do grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), "Literatura, Imaginário e Poéticas da Contemporaneidade", da Universidade Federal do Rio Grande e atua como bolsista de pesquisa de iniciação científica no projeto "Trajetos identitários: imaginário e literatura" pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).